



## **O discurso midiático e a construção da categoria sociológica trabalhadores de rua do centro comercial de Belém<sup>1</sup>.**

Alexandre Sócrates Araujo de Almeida Lins<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará, PA

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é identificar a história das coisas ditas sobre os trabalhadores de rua do centro comercial de Belém a partir da análise do discurso de Foucault. O trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, pretende-se explicitar os regimes de verdade utilizados pelos discursos midiático, jurídico, econômico e político desde o fim do século XIX e que engendraram práticas discursivas e dinâmicas de poder. Após isso, a meta é identificar, no presente, as posições dos agentes que se relacionam com os camelôs, tomando como base os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu.

### **Palavras-chave**

Trabalho na rua; Discurso; Espaço público; Setor Informal; e Estado.

### **Introdução**

Este artigo é parte integrante de uma tese de Doutorado, ainda em estágio inicial, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade do Federal do Pará. A partir de Foucault (2008), a proposta é identificar a história das coisas ditas sobre os trabalhadores de rua do centro comercial de Belém para explicitar as verdades de cada tempo que foram afirmadas e que engendram práticas discursivas e dinâmicas de poder. Esse tipo de abordagem será útil na medida em que após mapear as trajetórias históricas dos discursos sobre o trabalhador de rua, pretende-se identificar no presente as posições dos agentes nos conflitos com os camelôs e mapear quais as noções de trabalhador de rua são operadas nos discursos dos campos<sup>3</sup> midiático, jurídico, econômico e político dentro desse conflito.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 28 a 30 de maio de 2015.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da UFPA, email: [asaalins@yahoo.com.br](mailto:asaalins@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Noção de Bourdieu que serve para mostrar que o campo de relações sociais é um espaço social de relações objetivas entre posições ocupadas por agentes que determinam a forma das interações. O campo funciona como um jogo, que possui regras e saberes e é formado por agentes: pessoas, grupos instituições que possuem mais e menos peso de acordo com sua localização na estrutura social que possui desigual distribuição de recursos e poderes.



Apesar de enfatizar a importância do entrecruzamento entre diversos discursos, para fins deste artigo, a proposta é ater-se de forma mais detalhada na influência do campo midiático na construção do conceito de trabalhador de rua do centro comercial de Belém. Através da análise do discurso, de orientação de Foucault e Ducrot, pretende-se responder quais os sentidos e as vozes presentes no discurso midiático sobre os trabalhadores ambulantes, sensivelmente em momentos de retirada destes do espaço público do centro comercial da capital paraense.

Neste trabalho as noções de Foucault serão utilizadas para compreender os discursos como conjuntos de acontecimentos discursivos que são séries regulares, mas descontínuas. Assim pretende-se analisar historicamente, a aparição de discursos sobre os trabalhadores de rua em uma perspectiva do acaso, do descontínuo e da materialidade.

A hipótese desse estudo é que os camelôs são atores importantes na dinâmica econômica e cultural do centro comercial de Belém. Apesar disso, discursos hegemônicos nos campos midiático, jurídico, econômico e político os tratam como agentes que se configuram como obstáculos à efetivação de projetos de planejamento estratégico da gestão urbana<sup>4</sup> e de reestruturação produtiva/flexibilização do trabalho<sup>5</sup>. Parte-se ainda da suposição de que a grande quantidade de trabalhadores de rua no centro comercial de Belém revela um habitus<sup>6</sup> que é hegemônico, ou seja, compartilhado por boa parte da população da capital, a saber, disposições para comportamentos típicos das classes populares, e portanto, propenso ao trabalho informal, fato que no interior das disputas sociais dificulta estabelecer claramente as posições de dominados/dominantes dos agentes no campo do mercado de trabalho.

---

<sup>4</sup> O modelo do “planejamento estratégico” vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo *marketing* atua de maneira sistemática o “sucesso” de Barcelona. Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (Vainer: 2002, p. 76).

<sup>5</sup> Segundo Castells (1999), a partir da segunda metade do século XX o capitalismo passa por uma mudança no seu modo de desenvolvimento. Deixa de lado o fordismo/taylorismo, do industrialismo, rumo ao informacionalismo, caracterizado por uma maior flexibilização das etapas de processo produtivo, com constituição de pequenas firmas unidas por um sistema de rede, concentração horizontal das fábricas, necessidade de trabalhadores polivalentes, capazes de se adequarem aos novos processos de trabalho e crescente flexibilização da estrutura de produção e da organização do trabalho.

<sup>6</sup> Conceito de Bourdieu que evidencia as capacidades criadoras, ativas, inventivas, que não são de um espírito universal, mas de um agente em ação, ou seja, diante de um situação. O habitus é um conhecimento adquirido, um capital, uma disposição incorporada, primado da razão prática, que reconhece a dimensão corporal. A noção relativiza a ideia de campo como espaço apenas de reprodução da dominação, já que o habitus é o mediador entre os agentes e a estrutura. Nesse sentido, o agente não é suporte da estrutura porque ele é produtor de habitus. Se o habitus muda podem gerar mudanças no campo e na estrutura.



A importância de se entender os discursos elaborados historicamente sobre os trabalhadores de rua se dá na medida em que percebe-se que estes enunciados constroem conceitos, que desembocam em práticas. Para identificar a trajetória discursiva desses conceitos, o trabalho pretende analisar objetos de caráter bibliográfico, já que estes registram elaborações discursivas de diversas épocas. O trabalho também pretende entrevistar trabalhadores de rua de Belém para ter acesso a memória deles sobre momentos de conflitos com o poder público.

Na esteira da arqueologia foucaultiana, a ideia é multiplicar as fontes de coleta de dados para compreender as continuidades e rupturas nos múltiplos discursos sobre os trabalhadores de rua do centro comercial de Belém. Vale dizer que ao analisar os discursos sobre o conceito trabalhadores de rua vamos encontrar vários discursos que não são unitários ou regulares. Cada conjunto de enunciados tem sua forma de regularidade e igualmente seus sistemas de coerção. Nesse sentido, a análise do discurso não desvenda a universalidade de um sentido. Ela, ao contrário, mostra o jogo de rarefação imposta com poder fundamental de afirmação.

O discurso jornalístico vai ser abordado através de matérias de jornais impressos de Belém que tratem, ao longo da história, do conflito entre poder público e trabalhadores de rua no centro comercial da cidade. O marco inicial será a gestão do ex-intendente de capital paraense, Antonio Lemos (1897-1911), pois este deu início a uma política de reurbanização da cidade caracterizada pela higienização, disciplinarização e embelezamento da cidade. Pretende-se ainda analisar notícias mais contemporâneas, que tratem da retirada dos trabalhadores das vias do centro comercial de Belém. Em relação ao discurso jurídico pretende-se analisar as legislações municipais que abordem direta ou indiretamente o trabalho de rua no centro comercial da capital, como o código de postura e o plano diretor. De posse desses documentos, pode-se levantar as concepções de trabalho e espaço público. Quanto ao discurso da economia a ideia é levantar, através de uma pesquisa bibliográfica, as noções de desenvolvimento presentes nesta ciência e verificar como elas aparecem nas diversas documentações estudadas (reportagens, leis, projetos). O discurso do campo político vai ser discutido na medida em que identifiquemos as concepções de espaço público ao longo das políticas de planejamento urbano em documentos como projetos municipais para o centro de Belém.



## **Mercado de trabalho e trabalho informal**

Segundo Sena (2002), a implantação da reestruturação produtiva nas últimas décadas foi difícil no Brasil tendo em conta a estrutura que influenciou o pensamento empresarial e as práticas dos trabalhadores. Em muitas fábricas houve a conciliação de práticas antigas com novas formas de gestão e produção. A crescente busca de atualização/qualificação gerou dificuldade de adaptação. Muitos operários acabaram não se adaptando e foram demitidos. No contexto do Estado, surge a necessidade de um modelo próprio de desenvolvimento econômico para o Brasil. A partir dessa nova realidade emerge uma classe de assalariados bem remunerados e estáveis. Do outro lado, aparecem trabalhadores com pior remuneração, pouco qualificados e sem seguridade. No processo de reestruturação produtiva, o sistema de remuneração é baseado no desempenho individual. Isso naturalmente gerou um aumento da polarização entre os que se adaptam e, portanto, dispõem de emprego regular e os que não preenchem os requisitos da nova lógica industrial e tem que se submeter às condições precárias. Mas apesar dessa divisão entre os trabalhadores, a acumulação do capital se utiliza tanto dos polivalentes como dos pouco qualificados.

O que importa fixar é que desde os anos de 1980 o mercado de trabalho brasileiro gera postos de trabalho com baixa qualidade. Além disso, essas ocupações são geradas em quantidade insuficiente até o final dos anos de 1990. A partir dos anos 2000 o mercado voltou a oferecer vagas, algumas até com salários mais elevados, mas muitas não são preenchidas por falta de qualificação dos trabalhadores. Outro fator importante para a diminuição do trabalho na indústria é o desemprego estrutural, que mostrou menor necessidade do fator trabalho na produção. Assim, a maior quantidade e qualidade de empregos está no setor de serviços, que também apresenta profissões com alto desenvolvimento tecnológico. Este setor requer muita mão de obra e os salários representam parte fundamental de seus custos. Mesmo absorvendo muitos trabalhadores no setor formal, os serviços também tem assistido um forte crescimento da informalização.

As mudanças na forma de acumulação do capital vão ter forte impacto no mercado de trabalho. Mas para entender mais profundamente como funciona este mercado é necessário ter em mente que ele resulta das relações entre capitalistas e trabalhadores mediadas pelo Estado. “Não existe (...) o mercado de trabalho puro,



decorrente da livre demanda e oferta da força de trabalho entre capitalistas e trabalhadores, e que seria governado pela ação livre das forças de mercado” (SENA, 2002, p. 33). Segundo a autora, cada economia nacional possui especificidades no padrão de acumulação, podendo se organizar de diferentes maneiras, dependendo não só de questões econômicas como também das relações sociais existentes.

Sena (2002) lembra que o padrão de acumulação condiciona o funcionamento do mercado, que engloba vários mercados específicos como o de bens e serviços e o de trabalho. Já o mercado de trabalho tem o objetivo de distribuir a capacidade de trabalho da sociedade em atividades produtivas e repartir os rendimentos entre os agentes econômicos que participam da produção (capitalistas e trabalhadores). A estrutura de cada mercado de trabalho depende da forma de inserção da força de trabalho e das articulações estabelecidas entre os agentes econômicos e o Estado. Além disso, o mercado de trabalho é determinado pela estrutura produtiva e as forças dos movimentos sociais organizados (que podem impor mudanças à estrutura produtiva).

Mas o mercado de trabalho não é fácil de definir ou delimitar devido a heterogeneidade das atividades produtivas. Existem acordos (contratos) estabelecidos entre os agentes econômicos que “seguem diretamente as normas legais definidas para o desenvolvimento das atividades produtivas, e os (...) que encontram-se parcialmente ou totalmente à margem das determinações legais” (SENA, 2002, p. 36). Dessa maneira, compreende-se porque alguns trabalhadores enquadram-se nas relações formais de trabalho, enquanto outros nas informais, além dos que não estão ocupados e fazem parte do Exército Industrial de Reserva (EIR). Vale ressaltar que apesar da diversidade de relações de produção no mercado de trabalho elas compõem o mesmo sistema estruturado sob a ação do capital.

Nos anos de 1980 o Brasil registra elevadas taxas de inflação e nos anos de 1990 há queda dos ocupados nas atividades industriais, com fim do regime de acumulação expansivo adotado pelo governo brasileiro, que promove a abertura da economia com o objetivo de integrar o país ao comércio internacional. No mercado de trabalho o quadro é de recessão e precarização, com crescimento das atividades informais. A dificuldade de inserção da mão de obra no setor formal (SF) da economia se intensifica com a migração em massa para as cidades, as barreiras à mais-valia impostas pela legislação trabalhista, o desemprego estrutural, a falta de qualificação dos trabalhadores e a necessidade de atualização constante por conta dos avanços tecnológicos. Vale lembrar



que no modelo japonês surge a necessidade de flexibilização na produção, com trabalhadores polivalentes.

Aqui cabe o debate em torno da expressão Exército Industrial de Reserva, de Marx. O termo pode nos ajudar a entender a situação do trabalho informal no seio do mercado de trabalho. O EIR se refere à superpopulação relativa ou supérflua que não é empregada pelo capital, mas que ajuda na acumulação capitalista, pois ao funcionar como força de trabalho reserva acaba influenciando no valor dos salários pagos aos trabalhadores empregados. Em geral o EIR pressiona os salários para baixo. Mas apesar da riqueza desse conceito, ele não consegue explicar o atual estágio do trabalho informal visto que “no interior da estrutura produtiva existem trabalhadores que estão ocupados em atividades informais e não querem mudar para atividades formais. Nesse caso questiona-se se eles fariam ou não parte do EIR” (SENA, 2002, p.44).

Sena (2002) afirma que o Setor Informal (SI) é difícil de ser definido em um único conceito visto que representa um conjunto heterogêneo de atividades que são desempenhadas por agentes econômicos no interior do sistema capitalista. Isso dificulta o dimensionamento e compreensão de suas consequências para o mercado de trabalho. No caso brasileiro isso é grave visto o crescimento do SI na economia. O que é importante fixar é que o SI é um tipo de estratégia utilizada tanto pelos trabalhadores como pelo capital para se reproduzir. Não pode ser visto como concorrência desleal para atividades formais. O setor informal está ligado à dinâmica de desenvolvimento do setor formal, não podendo ser analisado de forma separada ou como estrutura oposta ao SF. Na verdade o SI é subordinado ao SF. As atividades informais estão ligadas à lógica de funcionamento do sistema capitalista e só se tornam formais quando mostram-se suficientemente rentáveis. Assim, o SI desempenha função importante para o funcionamento do sistema, pois abriga trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. No Brasil o SI é um setor dinâmico do mercado de trabalho, pois são relações de trabalho assalariadas embora nem sempre legalizadas.

Dentro dessa perspectiva, os problemas no mercado de trabalho brasileiro são causados por vários fatores como a transformação tecnológica, globalização e fatores estruturais da economia. Após muitos estudos, hoje se compreende que o SI é subordinado ao SF e não serve, para alavancar a economia, mas de acordo com o movimento do capital pode tornar-se importante fonte de renda e emprego para uma parte da população por um certo período. Os empreendimentos informais tem baixo capital e pouco acesso ao crédito, por isso o SI apresenta baixo custo no emprego. O



crescimento do SI depende do aumento das atividades no SF. Assim, o Estado deve estimular a formalização de algumas atividades do SI. Essas políticas para o SI devem estar ligadas a uma diminuição da carga fiscal para que as atividades informais possam se ajustar às obrigações legais. Foi assim, observando esse potencial do SI, que o governo brasileiro conseguiu aprovar a Lei Complementar número 128, de 19 de dezembro de 2008. Essa legislação criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal pudesse se tornar um microempreendedor individual (MEI) legalizado. O MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

### **A cidade gentrificada: a pobreza como questão estética**

O modelo de desenvolvimento adotado no estado do Pará e na Amazônia, no século XX, foi o escolhido e implantado pelo governo federal. Teve prioridade, neste contexto, a ocupação territorial que privilegiou o processo de urbanização a partir do curso migratório. Essa urbanização foi tratada como um modo de integração econômica, social e política ao resto do país, e, principalmente, ao capitalismo internacional. Assim, o Pará sempre registrou os maiores aglomerados populacionais da Amazônia, tendo a economia baseada na extração de produtos primários. Belém, assim como Manaus, se configurou em um polo comercial e de prestação de serviços para o restante da região amazônica. Este modelo, porém, mais tarde mostrou sua ineficiência ao ser adotado em Belém. A implantação da urbanização na capital paraense não foi pensada para atender a população local. A infraestrutura foi instalada para servir de apoio às atividades do capital internacional que implantou na cidade um capitalismo de enclave, concentrando terras e capital em um pequeno grupo. Tudo isso resultou em um processo de proletarização generalizado. Sena (2002) mostrou dados oficiais em que o mercado de trabalho formal em Belém registrou crescentes taxas de pessoas economicamente ativas desempregadas nos anos de 1990, chegando ao índice de mais de 18% em 1997.

No início dos anos 2000, a economia brasileira volta apresentar crescimento e geração de empregos formais, mas também registra aumento das atividades informais. Segundo dados do IBGE e do Anuário Estatístico de Belém de 2006, a taxa de





desemprego na capital paraense foi de 12%, superior à média nacional de 8,1%. Segundo Pires (2008), não se trata de um problema estrutural, mas de falta de políticas eficazes de promoção e distribuição de renda e de incentivo ao desenvolvimento social da cidade. Na pesquisa do autor, os camelôs em Belém são, a maior parte, jovens de até 30 anos. A maioria nunca teve a carteira de trabalho assinada e mais de 90% não pagam previdência e não sabem como vão se aposentar. Além disso, 70% não possuem o ensino médio e muitos não concluíram o ensino fundamental. Todos esses fatores constituem barreiras à entrada no SF.

A dificuldade de acesso ao setor formal fez com que vários espaços da capital paraense fossem ocupados por camelôs. No início dos anos 2000, em Belém as atividades informais se concentravam em uma extensa área denominada de quadrilátero do centro comercial (Av. Assis de Vasconcelos, Av. Boulevard Castilhos França, Av. Portugal até a Rua 16 de novembro, Av. Tamandaré, Trav. Padre Eutíquio e Praça Batista Campos, retornando pela Av. Serzedelo Correia até a Assis de Vasconcelos novamente, e todas as transversais existentes nesse perímetro). Assim como hoje, as atividades eram diversas: venda de calçados, confecções, bijuterias, animais, plantas, brinquedos, alimentos, utensílios domésticos, materiais elétricos, ferragens, entre outros. Essa força produtiva na Região Metropolitana de Belém é marcada pelas precárias condições de trabalho:

Nesse sentido, é, então, observado que existe uma grande precariedade nesse segmento informal, pois as condições de trabalho são, em geral, ruins e os rendimentos obtidos são baixos (embora existam exceções); essas atividades constituem uma importante fonte de ocupação e renda para os trabalhadores envolvidos (SENA, 2002, p. 177).

Os especialistas apontam que o comércio informal é dinâmico, sempre podendo mudar de atividade ou lugar em busca de lucro. Assim, quando um espaço público é reurbanizado pelo Estado e recebe maior movimento, os vendedores ambulantes tendem a se instalar ali. Outra prova da mobilidade do mercado de trabalho em Belém é que muitos trabalhadores se alternam entre os setores formal e informal. Os do Setor Informal (SI) são encarados como potenciais concorrentes dos empresários que configuram o Setor Formal (SF) de trabalho na área de serviços. É importante ressaltar que esta concorrência é ainda mais acentuada no caso do centro comercial de Belém, pela tradicional concentração de lojas, uma vez que estas são caracterizadas pela atuação formal no mercado de trabalho, como explica Sena:





No caso do centro comercial de Belém, área tradicional de concentração do comércio formal, deve-se destacar que a queda no movimento nessa área foi causada diretamente por mudanças no SF da economia, pelas dificuldades no mercado de trabalho local, com o aumento do desemprego e diminuição da renda dos trabalhadores (SENA, 2002, p. 194).

De acordo com a autora “uma das características da estrutura de funcionamento do comércio ambulante é a sua capacidade de tomar espaços públicos” (SENA, 2002, p. 199), o que implica dizer que neste tipo de atividade há uma clara transgressão ao chamado bem de ordem pública, pois o espaço que deveria ser usado como um patrimônio comum que passa a ser apropriado como um bem de uso particular, privado. Neste sentido, ela prossegue com sua afirmativa: “[...] o comércio ambulante provoca problemas ao limitar (e mesmo impedir) o direito que o restante da população tem de usufruir plenamente das ruas, calçadas e praças de Belém” (SENA, 2002, p. 199). Destaca-se, contudo, que, ao agir desta maneira transgressora, os trabalhadores informais acabam caindo na questão legal. E, neste aspecto, o poder público de Belém, representado pela prefeitura municipal da cidade, interfere diretamente. Mas ao contrário do que muitas pessoas possam imaginar, o setor informal é regulamentado pelo Estado há muito tempo. Esse comércio é disciplinado pelo Código de Posturas de Belém de 1977<sup>7</sup>, além de decreto de 1994<sup>8</sup> e lei de 1997<sup>9</sup>.

Nesta fase do capitalismo, o objetivo da cidade é ser gerida como empresa e consumida como mercadoria. Para vender a si mesma é necessário projetar uma boa imagem e induzir o crescimento à qualquer custo, como explica Arantes (2002). Na cidade-empreendimento, o trabalho informal é invariavelmente criminalizado, pois se apresenta como um obstáculo à chegada do capital internacional. Por isso, apesar desta estratégia se dizer a favor da cultura local e dos valores de bem-estar coletivo, realização pessoal e solidariedade, ela na verdade se fortalece moralmente a partir de uma fachada cultural, para promover uma cidade em favor de interesses econômicos externos. Assim, se falar de uma cidade rica culturalmente deveria ser tratar da convivência entre diferentes, no campo do planejamento urbano a cultura passa a ser a exaltação da cultura de uma classe: a burguesa.

---

<sup>7</sup> Lei nº 7.055, de 30 de dezembro de 1977

<sup>8</sup> Lei nº 7717 de 05 de julho de 1994.

<sup>9</sup> Lei nº 7862 de 30 de dezembro de 1997



A gestão urbana assim deixa de se pautar pela lógica do controle racional, do planejamento funcional, para se nortear por um planejamento estratégico de inspiração norte-americana, onde se procura induzir o crescimento econômico a qualquer custo. Este fenômeno é preocupante em espaços periféricos do capitalismo como Belém, pois se submeter a interesses exteriores pode mostrar-se desastroso na medida em que o capital procura lucratividade sem limites em busca de trabalho desregulado e incentivos de toda ordem. Assim, fica quase impossível acreditar que essa estratégia possa levar a um crescimento econômico com justiça social. A justificativa de embelezar o centro comercial não parece resolver o problema fundamental que o poder estatal precisa resolver em Belém: como gerar ocupações em quantidade e qualidade para os trabalhadores que só conseguem se inserir no mercado de trabalho pelo setor informal? Mais do que isso: como qualificar os trabalhadores para a reestruturação produtiva em curso?

### **Proposta de Metodologia**

Tomando como base o conceito de campo e a noção de agente, explicita-se, a partir de agora, as variáveis que vão orientar as questões da tese. Os agentes a serem analisados são: os trabalhadores de rua, os meios de comunicação, representações jurídicas (que produziram decisões judiciais que influenciaram a configuração do centro comercial) e do Estado (prefeitura de Belém). Em cada um deles vão ser analisadas as seguintes variáveis do discurso: a inscrição radicalmente histórica das coisas ditas; a condição do discurso como prática; a materialidade dos enunciados; a luta travada na e pela constituição de sujeitos (de determinadas verdades ou discursos); o campo de saberes articulados entre si, constituídos historicamente e em meio a disputas de poder.

As fontes a serem consultadas são reportagens de jornais; código de postura; Plano Diretor, projetos municipais para o centro comercial, atas de reuniões de entidades ligadas aos trabalhadores de rua, atas das sessões na câmara municipal, autos de decisões judiciais e entrevistas com trabalhadores de rua do centro comercial.

As variáveis a serem consideradas para estabelecer a posição dos agentes na estrutura social são: capital econômico (renda, salários, imóveis); capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos); capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) ; e capital simbólico (o que vulgarmente chamamos prestígio e/ou honra).



## O Jornalismo e o Discurso das Mídias

Para fazer uma análise do discurso em jornalismo, este trabalho parte da compreensão de que a atividade jornalística se realiza dentro de uma estrutura maior: a midiática. Patrick Charaudeau (2009) define a mídia como empresa que fabrica informação e propõe um contrato comunicacional. O autor diz ainda que essa empresa se utiliza do “discurso de informação”, que permite vínculo social e reconhecimento identitário.

Ele explica que as mídias usam diferentes estratégias quanto à maneira de reportar, comentar ou provocar acontecimentos e tomam posição sobre o que deve ser a informação, bem como a maneira de tratá-la. As mídias são suportes organizacionais que se apossam das noções de informação e comunicação (que remetem a fenômenos sociais) e as integram nas lógicas econômica (lucro), tecnológica (difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã).

Nossa análise do discurso midiático se concentrará no estudo da lógica simbólica das mídias – maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem representações dos valores, das práticas, criando símbolos e produzindo sentidos. Pretende-se descobrir o mecanismo que preside o simbólico. Charaudeau (2009) diz que a lógica simbólica governa as demais (econômica e tecnológica). As mensagens da mídia possuem sentido social, e por isso analisar o “discurso de informação” presente nelas é mais difícil que analisar o discurso político, por exemplo, pois este último admite sua ligação com o poder e a manipulação, enquanto o mundo das mídias se define como contrário ao poder e a manipulação.

Charaudeau (2009) diz que as mídias não são uma instância de poder, pois não promulgam nenhuma regra de comportamento, nenhuma norma, nenhuma sanção. Por outro lado, diz que estas não transmitem o que ocorre na realidade social. Ao invés disso, impõem o que constroem no espaço público. Assim, a informação é uma questão de linguagem, que não é transparente ao mundo. A linguagem possui opacidade, através da qual se constrói uma visão de mundo, mesmo através das imagens. Charaudeau (2009) diz que a mídia é um espelho deformado, fragmento simplificado, estereotipado do mundo. Desta maneira, as mídias não são a democracia, mas o espetáculo desta.

O autor explica que as mídias de informação possuem duas lógicas: a econômica (que tem por objetivo gerar um produto no mercado de bens simbólicos) e a simbólica



(que objetiva participar da construção da opinião pública). Como em qualquer situação de comunicação, toda mensagem é destinada a um público. Por isso a mídia sempre quer saber se aquilo que veicula é aquilo que se espera e se a lógica produzida sobre uma notícia é a que é entendida pelo receptor. O sentido resultante desse ato comunicativo entre mídia e público, depende de uma relação de intencionalidade. Uma efetiva troca comunicativa, portanto, depende do reconhecimento da mensagem pelo receptor. Dos efeitos visados, da esfera de produção, passamos aos efeitos produzidos (condições de interpretação) da esfera de recepção. Vale dizer que a informação não corresponde à intenção do produtor, nem à expectativa do receptor, mas é antes o resultado de uma co-intencionalidade entre os efeitos visados, possíveis e produzidos. A comunicação midiática é assim um fenômeno de produção de sentido social.

O que chama a atenção na obra de Charadeau (2009) é que além dele mostrar que o discurso da informação é orientado, e, portanto, ideológico, ele explica que este não pode pretender à cientificidade, nem à historicidade e nem à didaticidade. Isso nos interessa na medida em que explica como funciona o discurso midiático, mostrando que suas especificidades condicionam sua mensagem. Assim, o tratamento dado a temas como mercado de trabalho e espaço público nas matérias sobre a desocupação dos trabalhadores informais de vias do centro de Belém, não vai ser aprofundado já que o contrato midiático atribui ao jornalista a função de simples fornecedor de informação.

A reflexão de Charadeau certamente não é a primeira sobre as potencialidades e limites do discurso da informação fornecido pelo jornalismo. Lippmann (2008) já falou que a imprensa está mais interessada em conquistar a atenção do público e vendê-la aos anunciantes. Para isso oferece informações que vão ao interesse dos desejos, expectativas e estereótipos do público, reduzindo o esforço psíquico com uma cobertura episódica, descontextualizada e simplória. Lippmann (2008) explica que a mídia tem grande poder porque o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele. Os homens, assim, se comportam em relação a pseudo-ambientes.

O que importa nestas concepções é considerar a relevância do caráter simbólico para a realidade. É interessante notar que Bourdieu (2002) ressalta a importância da ciência social incluir a representação do real como parte do real. O poder simbólico, assim, é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU,



2002, p. 7 e 8). Nesse sentido, a transformação da representação coletiva resulta na mudança efetiva da realidade.

Assim, o campo midiático produz um discurso que é atravessado por outros discursos. Dessa maneira, apesar de haver um predomínio de discursos que desqualificam e defendem a retirada do camelô das vias do centro comercial, em favor de um projeto de cidade mercadoria ou de fortalecimento do Setor Formal, há, dentro do campo midiático, ao mesmo tempo, agentes que atuam para visibilizar vozes que afirmam um contradiscurso, que veem o trabalhador de rua como um agente que tem o direito de existir no espaço público do centro comercial.

Neste estudo, o discurso jornalístico vai ser abordado através de matérias de jornais impressos de Belém que tratem, ao longo da história, do conflito entre poder público e trabalhadores de rua no centro comercial da cidade. Pretende-se identificar as vozes considerando que um mesmo enunciado pode ter vários sujeitos, isto é, num jogo polifônico, um enunciado pode ter várias vozes. Adotando a teoria da polifonia<sup>10</sup> de Ducrot (1987), vamos fazer uma distinção entre sujeito locutor e enunciador. Assim, o locutor é o sujeito que fala e que pode ser identificado como o responsável, ao menos imediatamente, pelo enunciado:

Por definição, entendo como locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. [...] o locutor designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. Há de fato casos em que [...] o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser, apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade do enunciado (DUCROT, 1987, p.182 apud BENETTI, 2008, 118)

A partir desta distinção de Ducrot, Benetti (2008) explica que quando o jornalista reproduz o enunciado de uma fonte, sem no entanto, citá-la, o autor real ou empírico é a fonte, mas quem se apresenta como locutor é o jornalista. Neste caso, a responsabilidade sobre a veracidade ou não do enunciado recai sobre o locutor. Benetti (2008) diz que a identificação do locutor se dá por marcas de identificação variadas “(o jornalista que assina; o jornalista que escreve sem assinar, mas que repassa

---

<sup>10</sup> O termo polifonia é atribuído na linguística à M. Bakhtin. Supõe a presença de outros textos dentro de um texto, devido a inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam. Ducrot aplica o conceito de polifonia ao nível do enunciado. Para ele, um mesmo enunciado pode ter vários sujeitos e vozes.



identificação imediata ao veículo; a fonte citada de modo explícito; a fonte indicada como “off”; (...); o articulista que assina um artigo, etc)”. (BENETTI, 2008, p. 118)

A autora diz que a complexidade maior recai sobre o estudo dos enunciadores. É aqui que o estudo tem condições de identificar se um discurso é, de fato, polifônico. Como explica Benetti (2008), sem polifonia, no sentido da perspectiva de Ducrot, estamos diante de um discurso apenas falsamente plural. O enunciador deve ser entendido como:

“... a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (DUCROT, 1987, p.195). (...) O enunciador é “a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia. Essa perspectiva está diretamente associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas, que podemos – na estrutura da AD – reunir nas formações ideológicas. (BENETTI, 2008, p. 119)

Neste sentido, este estudo vai verificar se há polifonia nos textos jornalísticos sobre os conflitos entre camelôs e poder público. Assim, além de identificar os locutores, ex: jornalista (L1) e as fontes consultadas (ex: L2, L3, L4), será verificado se as fontes enunciam sob posições iguais ou conflitantes. Caso estejam sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, podemos dizer que configuram um único enunciador (E1) em um texto monofônico. Já nos casos em que o locutor (L1) se posicionar ora de uma perspectiva (E1) ora de outra (E2) estaremos diante de um texto com mais de um enunciador e, portanto, polifônico. Assim, realizar o mapeamento das vozes é fundamental porque ajuda a identificar se o texto jornalístico analisado mostra a pluralidade de pontos de vista da sociedade.

### **Considerações Finais**

Como já dito, este artigo expõe publicamente as primeiras aproximações com o objeto de estudo da tese. As próximas etapas consistem em obter documentos como: reportagens de jornais, cópias dos códigos de posturas municipais, planos diretores, decisões judiciais envolvendo a retirada de trabalhadores de rua do centro comercial de Belém, atas das sessões na câmara municipal, atas de reuniões de entidades ligadas aos camelôs, bem como planos municipais para o centro da cidade. Parte significativa desse material será obtida em espaços como o Arquivo Público e a Biblioteca Pública Arthur Viana. Com o avanço da pesquisa, pretende-se demonstrar como os enunciados sobre os trabalhadores de rua engendraram práticas que construíram o que eles são hoje.



## Referências bibliográficas

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura; vl. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008.

LIPPMANN, Walter. Opinião Pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

PIRES, Válber de Almeida. Camelôs e a sociedade: um estudo dos camelôs do centro comercial de Belém pelo enfoque teórico da integração social. 2008. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SENA, Ana Laura. Trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios. Prêmio NAEA – Teses e Dissertações. Belém: NAEA, 2002.